



ÁREA DO
CONCURSEIRO

SIMULADO
DIREITO CONSTITUCIONAL

Prezado Cliente,

Com o objetivo de fornecer um material preparatório para os clientes da Editora Solução, estamos disponibilizando conteúdo didáticos gratuitos, que foram utilizados em nossas apostilas.

Nossa intenção é oferecer conteúdos de qualidade e principalmente, manter nossos candidatos atualizados e motivados para a conquista do sonhado cargo público.

Vamos a luta, há muitas etapas para serem cumpridas!

Comece agora, comece pela maneira certa!



481) Assinale a alternativa correta

- a) fundado nos princípios da dignidade da pessoa humana e da paternidade responsável, o planejamento familiar é livre decisão do casal, competindo ao Estado propiciar recursos educacionais e científicos para o exercício desse direito, permitida qualquer forma coercitiva por parte de instituições oficiais ou privadas.
- b) o Estado assegurará a assistência à família na pessoa de cada um dos que a integram, criando mecanismos para coibir a violência no âmbito de suas relações.
- c) é dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança, ao adolescente e ao jovem, sem, contudo, qualquer prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, dentre outros.
- d) o Estado promoverá programas de assistência social restrita à saúde da criança, do adolescente e do jovem, vedada, a participação de entidades não governamentais, mediante políticas públicas específicas.

RESPOSTA: “b”, de acordo com o artigo 226, § 8º, da CF.

482) Aponte a alternativa incorreta

- a) a lei disporá sobre normas de construção dos logradouros e dos edifícios de uso público e de fabricação de veículos de transporte coletivo, a fim de garantir acesso adequado às pessoas portadoras de deficiência.
- b) o direito a proteção especial abrangerá o seguinte aspecto: idade mínima de doze anos para admissão ao trabalho, observado o disposto no art. 7º, XXXIII.
- c) o direito a proteção especial abrangerá o seguinte aspecto: programas de prevenção e atendimento especializado à criança, ao adolescente e ao jovem dependente de entorpecentes e drogas afins.
- d) a adoção será assistida pelo Poder Público, na forma da lei, que estabelecerá casos e condições de sua efetivação por parte de estrangeiros.

RESPOSTA: “b”, está em desacordo com o artigo 227, §3º, I, da CF.

483) Assinale a alternativa correta

- a) os pais têm o dever de assistir, criar e educar os filhos menores, e os filhos menores e maiores têm o dever de ajudar ou amparar os pais na velhice, carência ou enfermidade.
- b) a família, a sociedade e o Estado têm o dever de amparar as pessoas idosas, assegurando sua participação da comunidade, defendendo sua dignidade e bem estar e garantindo-lhes o direito à vida.
- c) aos maiores de sessenta anos é garantida a gratuidade dos transportes coletivos urbanos.
- d) são penalmente imputáveis os menores de dezoito anos.

RESPOSTA: “b,” de acordo com o artigo 230, caput, da CF.

484) Sobre os índios aponte a alternativa incorreta

- a) as terras tradicionalmente ocupadas pelos índios destinam-se a sua posse permanente, cabendo-lhes o usufruto exclusivo das riquezas do solo, dos rios e dos lagos nelas existentes.
- b) as terras de que trata este artigo são inalienáveis e indisponíveis, e os direitos sobre elas, imprescritíveis.
- c) é permitida a remoção dos grupos indígenas de suas terras.
- d) são reconhecidos sua organização social, costumes, línguas, crenças e tradições, e os direitos originários sobre as terras que tradicionalmente ocupam, competindo à União demarcá-las, proteger e fazer respeitar todos os seus bens.

RESPOSTA: “c”, está em desacordo com o artigo 231, §5º, da CF.

485) As medidas provisórias

- a) terão a sua votação iniciada no Senado Federal.
- b) podem versar sobre partidos políticos, direito eleitoral e a organização do Ministério Público.
- c) não podem versar sobre nacionalidade, direitos políticos, direito penal, direito processual penal e direito processual civil.
- d) visando à carreira do Ministério Público, e atendidos os pressupostos da urgência e relevância, poderão ser adotadas pelo Presidente da República.

RESPOSTA: “C”

486) A intervenção da União nos Estados e no Distrito Federal:

- a) exigirá decreto de intervenção que será submetido ao Congresso Nacional, no prazo de 48 (quarenta e oito) horas.
- b) quando fundada em descumprimento de ordem ou decisão judiciais, dependerá de requisição do Conselho Nacional de Justiça.
- c) poderá ocorrer para repelir invasão estrangeira ou para garantir o livre exercício do Poder Judiciário Estadual.
- d) poderá ocorrer para pôr termo a qualquer comprometimento da ordem pública ou para reorganizar as finanças da unidade da Federação que, salvo motivo de força maior, suspenda o pagamento da dívida fundada por mais de três anos consecutivos.

RESPOSTA: “C”.

487) O Conselho Nacional de Justiça:

- a) é composto por quinze membros com mais de trinta e menos de sessenta e seis anos de idade, com mandato de dois anos, admitida uma recondução.
- b) será presidido pelo Ministro do Supremo Tribunal Federal, que votará em caso de empate.
- c) terá competência, caso a isso provocado, para rever os processos disciplinares de juízes e membros dos tribunais julgados há menos de dois anos.
- d) será composto, dentre outros, por dois membros do Ministério Público Estadual, escolhidos pelo Procurador Geral da República entre aqueles indicados pelo órgão competente de cada instituição estadual.

RESPOSTA: “b”

488) Relativamente à exploração da atividade econômica pelo Estado

- a) ressalvados os casos previstos na Constituição Federal, a exploração direta de atividade econômica pelo Estado só será permitida quando necessária aos imperativos da segurança nacional ou a relevante interesse coletivo, conforme definidos em lei.
- b) as empresas públicas e as sociedades de economia mista poderão gozar de privilégios fiscais não extensivos às do setor privado, desde que previstos em lei.
- c) quanto aos direitos e obrigações trabalhistas, as empresas públicas e as sociedades de economia mista sujeitar-se-ão ao regime jurídico próprio das empresas privadas de pequeno porte.
- d) lei estabelecerá o estatuto jurídico das sociedades de economia mista, dele todavia excluída a disciplina da responsabilidade dos administradores.

RESPOSTA: A

489) No âmbito da União, a iniciativa das leis complementares também compete:

- a) ao Ministro do Estado da Defesa
- b) ao Conselho Nacional de Justiça.
- c) ao Conselho da República
- d) aos Tribunais Superiores

RESPOSTA: D

490) Quanto aos ministros do Superior Tribunal de Justiça:

- a) um terço deles, em partes iguais, será composto por advogados e membros do Ministério Público, alternadamente.
- b) um quinto deles, em partes iguais, será composto por advogados e membros do Ministério Público, alternadamente, com mais de quinze anos de efetiva atividade profissional ou de carreira.
- c) um terço deles será composto por desembargadores dos Tribunais de Justiça indicados em lista tríplice elaborada pelo Conselho Nacional de Justiça.
- d) um terço deles será composto por juízes dos Tribunais Regionais Federais indicados em lista sêxtupla elaborada pelo Conselho da Justiça Federal.

RESPOSTA: A